BRASIL E A ÁFRICA DO SUL NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (1968-1985)

Mariana Schlickmann¹

Cristiane Mare da Silva²

Ana Júlia Pacheco³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as relações entre Brasil e a África do Sul, nas páginas da Revista *Veja*, de 1968, ano da criação do periódico, até 1985, fim do Regime Civil-Militar, instaurado em 1964. O semanário da Editora Abril, que alcançou a tiragem de um milhão de exemplares, é expressão de um projeto editorial adequado as novas classes médias urbanas, nascidas com a industrialização, e, ao mesmo tempo, em sintonia com o Regime, é parte da estratégia de formação de um público, sua percepção do Brasil e do mundo. Para o campo de estudos africanos e da diáspora, trata-se de um espaço importante para apreender como o regime de segregação racial da África do Sul, denominado como *Apartheid*, implantado em 1948, foi percebido pela revista, e como tais leituras se adequam a mudanças na compreensão do lugar do Brasil nas relações internacionais.

Palavras-chave: Revista Veja, Brasil; África do Sul; Apartheid; Relações Internacionais;

Abstract: This article aims to reflect on the relationship between Brazil and South Africa, in the pages of *Veja* magazine, from 1968, the year of journal creation, until 1985, the end of the Civil-Military Regime, established in 1964. The weekly publication of Editora Abril, which reached a million copies, is an expression of an appropriate editorial project for the new urban middle classes, born with industrialization, and, at the same time, in line with the Regime, is part of the strategy of forming a public, its perception of Brazil and the world. For the field of African studies and the diaspora, this is an important space for understanding how the South African racial segregation regime, called *Apartheid*, introduced in 1948, was perceived by the journal, and how such readings fit changes in the understanding of Brazil's place in international relations.

Keywords: South Africa; External Relations; *Veja* Magazine; *Apartheid*.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as relações entre Brasil e a África do Sul nas páginas da Revista Veja, de 1968, ano da criação do periódico, até 1985, fim do Regime Civil-Militar, instaurado em 1964. O semanário da Editora Abril, que alcançou a tiragem de 01 milhão de

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora Associada ao Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Africanos e Afrolatinamericanos.

² Doutoranda em História Social pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e bolsista da Capes. Pesquisadora Associada ao Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Africanos e Afrolatinamericanos.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista Capes. Pesquisadora Associada ao Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Africanos e Afrolatinamericanos.

exemplares, é expressão de um projeto editorial adequado as novas classes médias urbanas, nascidas com a industrialização, e, ao mesmo tempo, em sintonia com o Regime, é parte da estratégia de formação de um público, sua percepção do Brasil e do mundo. Para o campo de estudos africanos e da diáspora, trata-se de um espaço importante para apreender como o regime de segregação racial da África do Sul, denominado como Apartheid, implantado em 1948, foi percebido pela revista, e como tais leituras se adequam a mudanças na compreensão do lugar do Brasil nas relações internacionais.

A imprensa brasileira, em especial as revistas semanais, oriundas do amplo processo de modernização dos meios de comunicação, sobretudo dos jornais diários na década de 1950 e 1960, atuou informando sobre acontecimentos nacionais e internacionais por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais.

Publicada a partir de 1968 pela Editora *Abril*, a Revista *Veja* produziu jornalismo no Brasil, veiculando em suas páginas temas relacionados aos universos da política, da economia e do social, tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país nos anos de 1970. A África do Sul, em seu regime do *Apartheid*, bem como demais países africanos ganharam espaço no periódico, especialmente em suas seções "Internacional" e "Brasil", narrando aos leitores os eventos político-sociais ocorridos nesses territórios e as possíveis relações e aproximações com o governo brasileiro.

Deste modo, nos interessa compreender, os sentidos políticos presentes na forma como a revista *Veja* interpretou e publicizou o jogo de relações nacionais com a África do Sul e entender qual o papel da veiculação dessas notícias nos projetos governamentais adotados pelos militares.

Igualmente, pretendemos abordar os interesses do periódico imbuídos em suas narrativas sobre a África do Sul, tendo em vista aproximações econômicas e diplomáticas que o Brasil estava fazendo com ele e outros países africanos. As diretrizes políticas e econômicas do governo brasileiro para o continente africano sofreram diversas modificações ao longo deste período, pois cada governante estabelecia seus projetos. Obviamente, eles foram refletidos nas relações do Brasil com África do Sul. Por isso, estes diferentes posicionamentos também serão historicizados ao longo deste artigo.

Para a realização deste texto, 4 foram consultadas integralmente as edições da Revista Veja de

⁴ Agradecemos imensamente as correções e contribuições do Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso para este texto.

nº1 do ano de 1968 à edição nº903 do ano de 1985, boa parte através do seu Acervo Digital⁵ e algumas edições no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIBECO).⁶

AS DIRETRIZES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO BRASIL EM RELAÇÃO AO CONTINENTE AFRICANO DE 1965 A 1985

Inúmeros projetos e ações de parceria foram colocados em prática no governo de Jânio Quadros, empossado em 1961, e seu sucessor, João Goulart, buscou dar continuidade a elas. Contudo, esses projetos sofreram um revés após o golpe civil-militar de 1964, e a África inicialmente deixou de ser meta ou prioridade para as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Entretanto, no contexto mundial, as independências de diversos países africanos atribuíam ao continente grande notoriedade. Os recém-criados Estados traziam a esperança de grandes mudanças e transformações, começando pelo fim dos vínculos com as antigas metrópoles através da busca de novos parceiros econômicos.

Castelo Branco foi o primeiro militar a governar o país, e suas diretrizes em relação à política externa guiaram-se por uma postura conservadora e de alinhamento com EUA e Portugal, com quem reforçou os laços com o ideal de uma comunidade Luso-Brasileira (FERREIRA, 2013, p. 64.). Por conseguinte, as relações com África perderam fôlego e importância neste novo momento do Ministério das Relações Internacionais.

Seis meses após o golpe de Estado, Leopold Senghor, presidente do Senegal, tornou-se primeiro chefe de Estado africano a visitar o Brasil. Convidado no governo de Jânio Quadros, sua missão visava questionar o apoio brasileiro ao colonialismo português (SANTANA, 2004, p. 37).

Senegal foi colônia francesa, e o motivo de seu interesse nas independências pautava-se, entre outros, no impacto dos confrontos para a segurança interna do país. Em especial, a Guiné portuguesa, impactada pela intensa guerra contra o colonialismo. Os constantes bombardeios produziam milhares de refugiados para a jovem nação da África Ocidental.

Disponível no link http://veja.abril.com.br/acervodigital o Acervo Digital da Revista Veja esta ao ar desde 2008 com acesso livre e gratuito a todas as suas edições desde a primeira em 11 de setembro de 1968. O projeto para a realização do Acervo Digital teve patrocínio do Bradesco e foi desenvolvido pela Veja em parceria com a Digital Pages, o acervo apresenta as edições em ordem cronológica e conta com um avançado sistema de busca desenvolvido especialmente para Veja. Ver mais em https://www.ufrgs.br/blogdabc/revista-veja-disponibiliza-todo-o-seu/ Acesso em 22/03/2017.

⁶ A BIBECO < http://www.ufrgs.br/bibeco/> está localizada na Av. João Pessoa, 52 - Porto Alegre/RS.

Diante desta situação, Senghor, poeta e um dos pais do Movimento Negritude, procurou auxílio do governo brasileiro, solicitando que este fosse intermediário no conflito e se tornasse uma liderança, capaz de guiar a resolução da tensão. O presidente senegalês entendeu não existir condições de um embate frontal com um país europeu, e por isso, a mediação de uma potência regional parecia ser ideia promissora (D'ÁVILA, 2011, p. 147).

A visita do presidente senegalês foi uma das poucas atenções direcionadas ao continente africano por parte do governo brasileiro no período, além da criação de uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Johanesburgo, com conexão em Angola. No governo de Castelo Branco, as exportações para África resumiram-se a apenas 2% do total de exportações brasileiras, e menos 1% de importação, ou seja, números muito pequenos de trocas comerciais (SANTANA 2004, p. 36).

O Brasil buscou ser um destes novos parceiros comerciais quando lançou duas missões comerciais a diversos países da África (Togo, Benin, Zaire, Gabão, Senegal, Nigéria, Gana, Libéria, Camarões), em 1965 e 1966 (PENHA, 2001, 164). Ambas foram organizadas pelo Itamaraty, com colaboração do Ministério da Indústria e do Comércio e Banco do Brasil, tendo participado da viagem empresas como a Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Rural.

O segundo presidente militar brasileiro, Marechal Arthur da Costa e Silva, que governou de 1967 a 1969, e proporcionou uma reformulação nas diretrizes do Itamaraty, pois a Política Externa Independente, implantada por seu antecessor, não obteve sucesso, pondo o país em condição ainda mais dependente de relações com os Estados Unidos.

Assim, foi posta em prática o projeto nomeado pelo governo de Diplomacia da Prosperidade, anulando o alinhamento automático com os EUA – sem romper qualquer tipo de relação com o país – e buscando novas alianças políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, relevando as diferenças ideológicas.

O desafio da presidência foi combater a inflação e a estagnação econômica, e para isso, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi adotado com o intuito do "desenvolvimento econômico e social do país, passando a executar uma política de facilitação das exportações por meio de isenções fiscais e da abertura de linhas de crédito" (SANTANA, p. 115).

Essa facilitação de exportações ampliou expressivamente o comércio exterior do brasileiro, que passou a ser planejado pelo Conselho de Comércio Exterior (Concex) e executado pelo Itamaraty, de modo a assegurar relacionamentos comerciais do Brasil em consonância com os interesses políticos e diplomáticos (OLIVEIRA, 1987, p. 56). Almejando novos mercados, uma

inflexão aos países do Terceiro Mundo foi posta em prática, conduzindo o Brasil a integrar o movimento Sul-Sul.

Este movimento interligou-se com o Movimento dos Não-Alinhados⁷, o Grupo dos 77 e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), um esforço coletivo de pressionar a redução do controle e influência das grandes potências na economia e comércio mundial. Junto com México e Índia, o Brasil assumiu papel de destaque na coordenação de uma coalização terceiromundista que buscava condições de competição comerciais mais justas perante os países mais desenvolvidos.

Mesmo o interesse do Brasil nas relações Sul-Sul sendo mercantil naquele momento, alguns passos na esfera política tornaram-se necessários para que o país se mostrasse confiável e solidário aos demais. Por isso, uma postura mais crítica ao colonialismo foi adotada, menos ao colonialismo português. Embora a Diplomacia da Prosperidade adotada pelo Marechal Costa e Silva tenha aberto um diálogo com outros países do Terceiro Mundo e timidamente recolocado o continente africano na agenda do MRE, ela pouco alterou a situação de apoio incondicional às práticas colonialistas do governo de Salazar, em especial nas lutas de independência de Angola e Moçambique (SARAIVA, 2012, p. 40).

O Brasil continuava ao lado de Portugal por diversos motivos, entre eles a forte pressão exercida pelo governo português e pelos brasileiros de origem portuguesa para a manutenção dos laços; a expectativa brasileira que Portugal intermediasse o acesso de produtos nacionais ao mercado europeu e que também tivesse acesso as importantes reservas minerais das colônias portuguesas, em especial ao petróleo recém-descoberto em Angola.

O crescente aumento da importância de acordos comerciais com países africanos demandou melhoria na estrutura do Itamaraty para administrar estas relações. Por isso, a Divisão de África, criada no governo de Jânio Quadros, foi desvinculada da Subsecretaria-Geral para Europa Ocidental e incluída em uma recém-criada subsecretaria exclusiva para África e Oriente Médio (SARAIVA, 1996, p.129). Essa reestruturação dentro do MRE evidenciou que, apesar do posicionamento perante o colonialismo português, alguns esforços foram realizados pelo governo para estreitar laços com países africanos.

A década de 1970 marcou o ápice das relações do governo pelo continente africano, gradativamente desenvolvido desde o início dos anos de 1960, com o governo de Jânio Quadros. Assim, os impressionantes números registrados durante a década compõem parte de um projeto

Países em desenvolvimento que buscaram uma opção para além da bipolaridade Leste x Oeste, Capitalismo x Comunismo vigente naquele momento.

iniciado com cautela e intenções, e com momentos relevantes e de complicações foi lentamente ampliado.

Em 1969, Emílio Garrastazu Médici tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil, seguindo como diretriz para as relações internacionais a "Diplomacia do Interesse Nacional", programa pautado na inserção do país no sistema mundial, configurando-se peça importante no jogo político e econômico global. O objetivo era criar um "Brasil Potência", ou seja, um país que abandonaria o subdesenvolvimento e tornar-se-ia desenvolvido (OLIVEIRA, 1987, p. 95). Para alcançar tal objetivo foi necessária uma ruptura ideológica do governo e uma flexibilidade diplomática, aberta a diversificação de alianças, pois não só o terceiro mundo tornou-se protagonista das relações comerciais e diplomáticas, como também a Europa Oriental, Japão e América Latina. Contudo, a tradicional aliança com Portugal e Estados Unidos permaneceu inalterada (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Economicamente, o país vivenciou o chamado "milagre econômico", considerado o período (1968-1974) em que o Brasil obteve taxas elevadíssimas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), com médias anuais de 11,3%. O projeto de desenvolvimento e industrialização iniciado no governo de Juscelino Kubitschek e, seguido pelos presidentes subsequentes, criou uma estrutura mantenedora destas taxas de crescimento elevado. Diversos mecanismos de incentivo à exportação foram instituídos pelo governo para facilitar o escoamento da produção, uma vez que o mercado interno ainda se mostrava retraído e a população com pouco poder de compra.

Entretanto, conquistar novos mercados não constituiu tarefa fácil, pois os países desenvolvidos exerciam práticas protecionistas que dificultavam a entrada dos produtos brasileiros em seus mercados, logo, as nações africanas foram percebidas como parceiras promissoras.

Além disso, a distância de cerca de 2.400 km que separam a costa africana da costa do Nordeste, mostrou-se agente facilitador, uma vez que 90% do escoamento de produtos nacionais ocorriam por via marítima, em razão do frete de baixo custo. Assim, o Brasil buscou implantar uma esfera de poder regional, rotulando produtos e tecnologia comercializados como "tropicais", adaptados para as condições climáticas das regiões africanas (OLIVEIRA, 1987, p. 160). Outro fator considerável, a vulnerabilidade energética brasileira, estimulou o país a se aproximar dos Estados africanos produtores de petróleo, como Argélia e Nigéria.

Com os esforços do governo, as exportações cresceram exponencialmente, e para dar

⁸ Emílio Garrastazu Médice foi presidente do Brasil entre 1969 e 1974, seu governo ficou conhecido pela nomenclatura *Anos de Chumbo*, caracterizado como a fase mais violenta e dura do regime militar que governou o país.

continuidade ao processo, mais petróleo demandava ser consumido, assim como bens para a infraestrutura da produção de manufaturados necessitavam ser comprados. O governo passou a ter um gasto mais elevado no seu orçamento, carecendo de empréstimos para manter o funcionamento da produção e da economia. Por isso, a dívida externa brasileira, computada em 4 bilhões de dólares, em 1968, passou para quase 13 bilhões em 1973, e aproximadamente 50 bilhões em 1979 (SANTANA, 2004, p. 47).

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, realizou importante viagem pelo continente africano, o grande legado dos seus quatro anos como ministro, simbolicamente o marco significativo da retomada dos laços do Brasil com África. Ao todo, nove países (todos politicamente moderados e com independências que não passaram por conflitos de libertação) foram visitados: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Gabão, Camarões, Zaire e Senegal. Para Jerry D'Ávila:

A escolha desses países, e a ordem da visita tinham a intenção de transmitir mensagens para três públicos distintos. Gibson queria definir o Brasil diante dos líderes africanos; apresentar a África como sendo significativa para o público e militares brasileiros; e indicar as autoridades portuguesas que uma mudança era necessária (D'ÁVILA, 2011, p. 189).

Por isso, Barboza escolheu a Costa do Marfim como primeiro país a ser visitado, pois considerava aquele governo moderado, que proporcionaria uma receptiva acolhedora e seria um sinalizador positivo no decorrer da viagem. O ministro foi recebido com honras de chefe de Estado e sua viagem foi capa de diversos jornais africanos, mas mesmo assim, sua presença não teve boa recepção em alguns países devido aos laços ainda não totalmente findados com o colonialismo português.

Os frutos dos esforços do Brasil em conquistar novas alianças e parcerias comerciais com o continente africano foram refletidos nos números da economia. Na década de 1970 as exportações brasileiras aumentaram 129% enquanto as exportações para África cresceram 300%, a maior parte em produtos industrializados. Assim, os países africanos passaram a receber 8% das exportações brasileiras, e 13% do total de produtos importados pelo Brasil eram de origem africana (NASCIMENTO, 2010, p. 36).

É importante frisar que o vertiginoso crescimento de relações políticas, diplomáticas e econômicas com o continente africano não adentrou os países colônias de Portugal. A posição do Brasil, de defesa do livre-arbítrio dos povos, de condenação do colonialismo não se aplicava às

colônias portuguesas ainda neste momento, visto proclamar a inexistência de colônias portuguesas, mas províncias ultramarinas.

Esta posição ambígua causava desconforto em algumas situações diplomáticas, e durante a viagem de Gibson Barboza, países como Gana e Camarões criticaram duramente o Brasil por sua defesa a Portugal. Além disso, também ameaçava o fornecimento de petróleo para o Brasil, como indicamos anteriormente, diversos países árabes e africanos advertiram o Brasil acerca de suas relações com Lisboa e África do Sul, pois em caso de persistência sofreria boicote no fornecimento de petróleo.

Por isso, o Ministro Gibson Barboza, no final do seu mandato, solicitou ao Conselho de Segurança Nacional que autorizasse uma nova política de redefinição do relacionamento com Portugal, já que o país não podia mais arcar com os custos desta aliança. O Conselho acatou o pedido de Barboza, porém não houve tempo de declarar publicamente o novo posicionamento. O general Geisel tomou posse no dia 15 de março de 1974 e seu novo Ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira tentou executar o plano de Gibson Barbosa de anunciar a ruptura, entretanto, em 15 de abril, exatamente um mês da posse do novo presidente brasileiro, o regime português foi derrubado (D'ÁVILA, 2011, p.206).

Os acontecimentos em Portugal possibilitaram ao Estado brasileiro uma inserção a novos países, as ex-colônias portuguesas. E assim, Ernesto Beckmann Geisel, empossado como o 29° presidente do Brasil, o 4° militar a governar, de 1974 a 1979, teve seu governo marcado pelo ápice das relações brasileiras e africanas que acarretaram em recordes dos números do comércio.

O Brasil passava por uma situação de vulnerabilidade no final do governo Médici e início da gestão de Geisel, posto que o crescente endividamento externo, o alto consumo de petróleo para manter os níveis de produção e os números elevados de importações de equipamentos especializados para a indústria, colocavam o país em situação fragilizada. Para contornar a situação, Geisel adotou uma política externa que procurava adaptar-se à nova realidade mundial, projetando-se como "pragmática, ecumênica e responsável". O objetivo era reestabelecer relações diplomáticas com a China comunista, adotar uma postura menos pró-Israel no conflito árabe-israelense, apoiar a descolonização portuguesa e redefinir as relações com os EUA, postura considerada surpreendente por destoar da ortodoxia de direita tradicionalmente adotada pelo regime militar (OLIVEIRA, 1987, p. 107).

As diretrizes do "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" defendiam não apenas os interesses econômicos do governo, mas também denotavam forte conotação política, visando firmar

a independência nacional em todos os âmbitos. De acordo com Carlos Ribeiro Santana:

O termo "responsável" buscava evitar que o pragmatismo fosse qualificado de oportunista, tornando o conceito mais palatável às cúpulas militares e aos setores mais conservadores da sociedade. Já o qualificativo "ecumênico", cunhado pelo próprio chanceler, descrevia o caráter universal da política externa, a qual deveria olhar para todas as direções no sentido de expandir as relações internacionais do país. Nesse sentido, a política externa demonstrava-se ousada e livre para expandir-se de forma indiferenciada a todos os países (SANTANA, 2006, p. 164)

O pragmatismo defendido por Geisel sugeria avaliar cada problema de forma particular, sem princípios rígidos, de acordo com a necessidade brasileira. Esta forma de política foi considerada por muitos como incoerente, ora pendendo para os países em desenvolvimento, ora para os do terceiro mundo. Na realidade, ela era extremamente calculada, visando atender única e exclusivamente os interesses nacionais, sem mais carregar o ônus de alianças como à estabelecida anteriormente com Portugal.

A elementar amostra desta nova postura brasileira foi o reconhecimento da independência da Guiné Bissau, primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, em 1 de julho de 1974. O Brasil se pronunciou sem qualquer consulta prévia a Portugal, prática indicativa do rompimento com o Tratado da Amizade e da Consulta, firmado em 1953. Poucos meses depois, uma embaixada foi criada em Guiné Bissau, e com este gesto o Itamaraty se preparou para uma investida na África de língua oficial portuguesa (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 71).

No segundo semestre de 1974, uma missão propôs estabelecer contato com os líderes dos movimentos de independência das colônias portuguesas, chefiada por Ítalo Zappa, o novo chefe da Divisão de África do MRE. O primeiro encontro agendado foi com os líderes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Dar-es-Salaan, na Tanzânia. Nesta reunião, o presidente da FRELIMO, Samora Machel, fez duras críticas ao comportamento do Brasil frente à questão colonial e rejeitou a proposta brasileira de criação de uma Representação Especial para exercer funções diplomáticas frente ao governo de transição, até a data marcada para a independência, 25 de junho de 1975 (PENNA FILHO, 2009, p. 41).

Moçambique foi o país mais complicado no relacionamento com a diplomacia brasileira. A resistência da FRELIMO ao Brasil levou o Itamaraty a designar atenção redobrada aos movimentos de independência, em especial com Angola, país que despertava o interesse brasileiro pela produção de petróleo e riquezas minerais. Para acompanhar a luta pela independência, fundou-se uma

Representação Especial em Luanda, chefiada pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, no primeiro semestre de 1975.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência, em 11 de novembro de 1975. A opção brasileira em apoiar um governo de esquerda com inclinações fortemente comunistas, de acordo com Saraiva, incomodou demasiadamente os EUA e os setores mais conservadores do governo nacional, uma vez que o Brasil era uma ditadura militar de direita, e a decisão do reconhecimento de Angola não havia sido tomada por unanimidade pelo Conselho de Segurança Nacional (SARAIVA, 1999, p. 241).

Ovídio de Andrade e Melo foi nomeado temporariamente Embaixador Especial, logo substituído por Affonso Celso Ouro Preto, porque os EUA e a ala conservadora dos militares puseram a responsabilidade do apoio ao MPLA como sendo de Ovídio Melo, julgando precipitada sua ação.

A questão angolana ganhou notoriedade internacional e, apesar das críticas, também recebeu elogios, principalmente de países africanos e do terceiro mundo, o que fortaleceu a imagem do Brasil, portador de um posicionamento ousado, algo incomum na diplomacia brasileira. A ousadia mostrou-se positiva, e o país colheu os frutos de suas opções ao estabelecer relações privilegiadas com Angola (VIANNA, 2008, p. 7). Assim, Angola e Nigéria tornaram-se os grandes parceiros comerciais do Brasil, com o petróleo ocupando posição central nas transações.

Em 1979, empossado o 5° e último presidente militar do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou até 1985, sendo sua gestão marcada pela a transição da ditadura para a democracia. Diplomaticamente, Figueiredo deu continuidade aos postulados de Geisel, pautando-se em diretrizes denominadas de "Universalismo", tentando manter a autonomia da política externa e a presença brasileira em todos os continentes.

No governo Figueiredo, as relações com África foram mantidas na mesma intensidade, sendo ele o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente, em 1983. Figueiredo visitou Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Argélia e Nigéria, o maior parceiro comercial africano. Em sua gestão, 7 chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos. Havia 21 embaixadas brasileiras no continente, e 13 embaixadas de países da África em Brasília (LECHINI, 2008, p. 61). Durante o governo Figueiredo as exportações para África bateram recorde, chegando a 9,3% do total das exportações brasileiras (SARAIVA, 1996, p. 195).

A política externa, denominada de "Universalismo", mantinha ideias do pragmatismo, ou

seja, do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais. Foram mantidas relações com os países do primeiro e terceiro mundo, mas a prioridade do governo pautou-se em relacionamentos sul-sul, mais especificamente América Latina e África. Em relação aos Estados Unidos, a posição brasileira foi de um distanciamento cada vez maior (OLIVEIRA, 1987, p. 192).

Figueiredo seguiu as posturas políticas de seus antecessores e reforçou os laços políticos com países africanos, como percebemos a partir de sua viagem ao continente. Contudo, economicamente, diminuíram as relações mercantis (PENNA FILHO, 2009, p. 47).

Na segunda metade da década a crise financeira se abateu sobre os dois lados do Atlântico. Essa situação, aliada ao engessamento provocado pelos novos empréstimos junto ao FMI, na segunda crise do petróleo em 1979, inviabilizam o financiamento de linhas de crédito para o comércio com África. A dívida externa brasileira, de US\$25 bilhões de dólares em 1975, alcançou o número de US\$105 bilhões em 1985.

Já nos parceiros africanos do Brasil, a instabilidade política e os golpes de estado aliados aos efeitos da dívida externa e a insuficiência de recursos para investir em desenvolvimento, fragilizam as economias africanas, submetidas ao rigoroso plano de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, o que impedia a capacidade de comércio com os outros países do terceiro mundo (SANTANA, 2004, p. 97). Assim, em 1986 as exportações para África reduziram para 4,6%, diminuindo ainda mais nos anos seguintes (FERREIRA, 2013, p. 68).

A crise financeira teve de ser enfrentada por <u>José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney</u>, primeiro presidente civil brasileiro após o período da ditadura militar (1964-1985). O governo Sarney (1985-1990) manteve as diretrizes de Geisel e Figueiredo e, mesmo com a transição de um regime autoritário para democrático, a política africana era coerente e já possuía certa autonomia. Sarney fez duras críticas ao regime de *apartheid* da África do Sul e liderou nas Nações Unidas o processo que culminou na declaração, em 1986, do Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, bloqueando o projeto de liderança da África do Sul na região (SARAIVA, 2012, p. 46).

A MÍDIA, OS IMPRESSOS, E A REVISTA VEJA

Parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam memórias e narrativas históricas contemporâneas, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia jornalística impressa, apresenta-se, como uma das instâncias discursivas organizadoras do social que, ao narrar e atribuir

significados, articula e angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

Veja, lançada em setembro de 1968, pouco antes de ser decretado o AI-5⁹, atualmente a mais consumida revista semanal de informação do país, surgiu com intuito de trazer para os leitores eventuais informações sobre os fatos ocorridos no Brasil e igualmente fora dele, nas palavras do primeiro editor Victor Civita:

"O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de Veja" (VEJA, n.1 01/09/68, p. 3)

No âmbito de seus eventos e personagens, o cenário internacional ganhou espaço no periódico. Os países e populações do continente africano, nesse mesmo momento, sob transformações políticas e econômicas provindas do processo de independência de suas ex-colônias, estavam sob a mira jornalística de *Veja*, com destaque a África do Sul, cujas notícias eram relacionadas às implicações do regime político racista do *Apartheid* que vigorava no país, e os possíveis laços diplomáticos, políticos e econômicos entre Brasil e os países da África pensados e articulados efetivamente em meados de 1970.¹⁰

A partir da condição de revista de informação com periodicidade semanal, ela elaborou sínteses dos acontecimentos organizando-os em narrativas próprias, buscando explicar e atribuir sentido a realidade a partir de um espaço maior de tempo. Todavia, seu tempo na narrativa jornalística funcionava para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas e, mais importante, funcionava para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro (SILVA, 2014).

O periódico apresentava temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, diplomacia, transformações e conflitos territoriais, ecologia, saúde, tecnologia, religião,

⁹ O Ato Institucional número 5, é composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, conferindo poderes excepcionais ao executivo eliminando praticamente todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no país, sendo revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. A *Realidade* Lançada em pleno contexto do Regime Militar muitos problemas foram enfrentados pela revista logo de início, devido aos órgãos de censura que apreenderam algumas de suas publicações (MOURA, 2011, p. 13).

¹⁰ Sobre isso ver mais em: PACHECO, Ana Júlia. 'A descoberta da África': Relações diplomáticas e política externa do Brasil para a África nas páginas da Revista *Veja* (1969-1985). In: **III Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul (Copene Sul),** 2017.

cultura, artes, entre outros, apresentando algumas seções fixas sobre cinema, música, literatura, entrevista, em que seus textos eram escritos em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas.¹¹

A criação de *Veja*, pela Editora *Abril*, localizava-se num contexto de consolidação do mercado de bens simbólicos, ocorrido a partir dos anos 60. A formação de um conglomerado de mídia no segmento de revistas, caracterizavam a Editora *Abril* nesse momento, "empresa que se fortalece a partir da reorientação da política econômica associada ao capital estrangeiro" (VILLALTA, 2002, s/p).

Reinaldo Lindolfo Lohn (2016) ressalta que a industrialização dos processos de produção, advindas de mudanças tecnológicas e de profissionalização, perceptível a partir da década de 1950, somada a década de 1970, concentrou a presença empresarial e de poder político em alguns veículos.

Com o passar do tempo, o progressivo deslocamento das verbas publicitárias para a televisão tornou o mercado de jornais e revistas inviável para um considerável número de empresas, tendo em vista que a venda avulsa não garantiu mais a sobrevivência de muitos títulos, passando ser indispensável às receitas publicitárias. Não obstante, a industrialização dos processos de produção favoreceu os grandes grupos empresariais "únicos capazes de arcar com os investimentos necessários" (LOHN, 2016, p. 14).

Paralelo a esse quadro, Luiz Alberto Grijó, aponta sobre a dependência que os meios de comunicação sempre tiveram dos grupos políticos no Brasil. Pode se afirmar inclusive, conforme discorre, que a imprensa surgiu no país atrelada aos posicionamentos políticos de seus controladores. A imprensa era uma espécie de apêndice ou um recurso a mais nas mãos de agentes políticos. Com efeito, ela surgiu a reboque das disputas político-partidárias e assim permaneceu até muito recentemente" (GRIJÓ, 2016, p. 77). Portanto, para o autor, o comportamento dos meios de comunicação social, no Brasil, desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje, está atrelado às grandes empresas do setor, designado pelo que chamamos de grande mídia.

Mergulhada nesse cenário, esta revista e outros impressos semanais organizados nesse período, registraram parte dos processos políticos e sociais que envolveram a constituição de um país urbano e que permitem o acesso à construção de uma memória histórica, no momento de sua

¹¹ No caso deste estudo, não há notícias assinadas no arcabouço documental colhido de *Veja*, assim, compreendemos e entendemos as narrativas como parte da linha editorial vinculada ao posicionamento institucional do órgão.

¹² Entre 1950 e 1959, a Editora Abril possuía 7 títulos subindo para 27 no período que compreende os anos 1960 a 1969, alcançando a marca de 121 títulos entre 1970 e 1979 (VILLALTA, 2002, s/p).

¹³ Segundo ele, esta afirmação "Está também muito demonstrado e assentado na bibliografia" (GRIJÓ, 2016, p. 77).

produção, mas também da construção de trajetórias ligadas às tramas políticas brasileiras.

A capacidade do periódico em construir personagens e tramas, acontecimentos e processos abordados pela mídia corporativa, também tem o poder de arregimentar público e influenciar debates, atuando na interpretação e na apropriação de significados de processos sociais complexos, mas que ganham dimensão própria, e muitas vezes, simplificadora em suas páginas (LOHN, 2016, p. 14).

Nesse sentido, *Veja*, na qualidade de fonte jornalística utilizada nesse trabalho, é compreendida e trabalhada metodologicamente enquanto um instrumento estratégico para a compreensão da vida contemporânea, imbricado as complexidades do mundo social, cujas práticas do fazer jornalístico estão relacionadas ao cotidiano, integrante de um sistema comunicacional, pensado como uma das práticas culturais.

Tal como força ativa da vida moderna, o impresso é muito mais que um dispositivo de registro dos acontecimentos, porém atuante na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, por meio da produção de hegemonias, articulação de uma compreensão de temporalidades, diagnósticos do presente, afirmação de memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

BRASIL E AS RELAÇÕES SUL AFRICANAS: O OLHAR DA REVISTA VEJA

Durante décadas (1918-1974), a África do Sul foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos, mesmo em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial. Porém, ao mesmo tempo, o estado brasileiro se empenhou desde os anos 1930, na construção de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre as raças, a partir do mito da democracia racial. ¹⁴ de modo a forjar uma civilização mestiça.

Devido a contatos esporádicos de cunho comercial, os primeiros vestígios do relacionamento entre Brasil e África do Sul têm registro ainda no século XIX, sendo o primeiro

Ganhando corpo em 1930, o mito da democracia racial, segundo Petrônio Domingues, tem suas raízes no contexto que remonta ao século XIX, impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; pela produção da elite intelectual e política; pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; e pelo processo de mestiçagem. O mito da democracia racial "era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiar a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos". (DOMINGUES, 2005, p. 118). Ver mais em: DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

intercâmbio em 1918, com a abertura de um Consulado de Carreira em Cape Town, cujo representante brasileiro estabeleceu-se no local somente em 1926. Do ponto de vista estritamente político, as relações entre os dois países foram estabelecidas apenas em 1947-1948, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória (PENNA FILHO, 2001).

Ainda que com a política de ampliação dos mercados externos pelo Brasil desde os anos 1950, duas razões específicas foram determinantes para manter o distanciamento entre as nações no período pós-Segunda Guerra Mundial: a primeira, trata-se da anexação dos territórios do Sudoeste Africano por parte da África do Sul, que provocou reações contrárias por parte do Brasil, enfatizando nas Nações Unidas o seu descontentamento com o intuito de forçar o governo sul-africano a abandonar a região e deixá-la sob a tutela da ONU; e a segunda razão já apontada, diz respeito ao apoio brasileiro às potências coloniais europeias, em especial a Portugal, que impedia a inserção brasileira no continente africano de forma efetiva (MATTOS; LEÃES, 2015, p. 3).

Embora outros fatores também colaboraram para criar um clima de frieza nas relações bilaterais, o agravamento do quadro social sul-africano, com a tensão permanente e crescente oriunda da política de discriminação racial que marginalizava de maneira cruel e anacrônica a maioria de sua população, seguindo critérios estritamente raciais, foi certamente o elemento mais perturbador das relações entre Brasil e África do Sul (PENNA FILHO, 2008, p. 17)

Desde a troca de missões diplomáticas em 1947, as relações entre a África do Sul e o Brasil entre meados dos anos 1970 e final dos anos 1980 se caracterizaram por um quase congelamento, havendo assim um esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo as críticas ao regime sul-africano com enorme desenvoltura. Esse panorama seria modificado, ainda que parcialmente, após a concretização das independências das colônias portuguesas e removida, definitivamente, a incômoda presença do sistema colonial português na região. A partir disso então, o governo brasileiro pôde desencadear uma política mais efetiva no continente africano e assumir uma postura mais coerente nas suas relações com Pretória (PEREIRA, 2010, p. 88).

No alvorecer da ditadura brasileira, quando se constatou um renovado interesse comercial e a intensificação do discurso geopolítico, os rumos das relações Brasil-África do Sul foram influenciados, com maior aceitação do regime de Pretória, o qual passou a ser visto como aliado ideológico na luta contra o comunismo internacional, entretanto, a tese geopolítica e anticomunista esvaziou-se entre os dois primeiros governos militares, tendo duração efêmera. Deste modo, já no

final da década de 1960, observava-se a tentativa da conciliação das relações comerciais com um posicionamento mais crítico no âmbito das Nações Unidas, modelo que se esgotou no final desse período.

Por outro lado, a África do Sul, nesse mesmo momento, desenvolvia uma política mais agressiva de aproximação com vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, tendo seu espectro de aliados internacionais do ciclo de ditaduras militares de direita que se instalou na maior parte dos países da América do Sul, alcançado sucesso em alguns, como se constata nos casos do Paraguai, Chile e Argentina, e fracasso no caso do Brasil, que ao contrário dos seus vizinhos latino-americanos, possuía interesses concretos no continente africano (PENNA FILHO, 2008, p. 31).

A mudança da posição brasileira a África do Sul é visível a partir de 1974, perdurando até o fim do regime do *Apartheid*, onde passara da retórica à ação de fato. O regime militar adotou como princípio o desestímulo de qualquer tipo de relacionamento entre os dois países, intensificando a crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas, e ao mesmo tempo reduziu ao mínimo a sua presença diplomática no território sul africano, posição essa diferente a anterior, que tentava conciliar as críticas naquele fórum com a manutenção da política comercial, incluindo-se aí a modesta iniciativa de tentar influenciar os sul-africanos a alterarem sua política de segregação racial.

Por sua vez, os diplomatas sul-africanos, que imediatamente perceberam a mudança do posicionamento brasileiro, tentaram romper o isolamento oficial, dispondo-se dos recursos disponíveis tal como tentar aproximação com governos estaduais ou estimular empresas privadas a comercializar com a África do Sul.

O Itamaraty reagiu às estas iniciativas, dificultando ao máximo a atuação dos diplomatas daquele país e aos empresários brasileiros que se interessavam em vender ou comprar na África do Sul. Além do aspecto econômico e político, o campo cultural e esportivo também passou a ser boicotado pelo governo brasileiro, desde o momento da decisão de se manter afastado da África do Sul. Assim como atividades no campo cultural, as delegações desportivas brasileiras que se interessavam ir à África do Sul eram desestimuladas, em que ambos os casos, já haviam sido registrados casos de discriminação envolvendo brasileiros na África do Sul, o que facilitava de certa maneira a ação da diplomacia brasileira. "Neste sentido, o que se constata é que a decisão pelo afastamento, sem rompimento de relações diplomáticas, seguiu uma linha coerente desde 1974 até o fim do *Apartheid* na África do Sul" (PENNA FILHO, 2008, p. 32).

Contudo, apesar do impacto do regime civil-militar de 1964, abranger praticamente todos os

aspectos da história do Brasil, no âmbito das relações entre Brasil-África, e mais especificamente, Brasil-África do Sul, ela não significou uma mudança estrutural, sendo que a grande mudança de cunho estrutural que modificou totalmente a dinâmica entre os dois países, foi o rompimento oficial das relações diplomáticas e comerciais na década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis nações sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não encerrassem relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português. Esta mudança foi significativa, pois mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962 (SCHLICKMANN, 2015, p. 17).

Na busca por notícias que transitam sobre as relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul na revista *Veja* soma-se ao total sete materiais, tendo apenas dois artigos dedicados em específico a África do Sul, um publicado no ano de 1969 e outro dezesseis anos depois em 1985, e os demais, cinco tratam-se da sua presença nas narrativas que discutem a política africana do Brasil.

Intitulado "As gafes Sul-Africanas" na seção Brasil do tópico diplomacia em abril de 1969, o artigo, discorre sobre as especulações de um acordo naval entre a África do Sul, Brasil e Argentina anunciado por jornal sul africano de Port Elisabeth para expulsar a frota soviética do atlântico sul. As "gafes" apontadas pela revista referem-se aos eventos que antecedem a publicação do comunicado do possível pacto naval pelo jornal sul africano, no caso, a proposta foi colocada por Hilgard Muller, Ministro do Exterior da África do Sul, num jantar em visita ao Brasil semanas atrás, no qual o Chanceler Magalhães Pinto, solicitou que o assunto fosse encaminhado oficialmente. Contudo, antes que chegasse a proposta concreta ao governo brasileiro, o jornal já havia divulgado toda a história então "Percebendo-se que se tratava de uma manobra sul-africana para forçar uma definição brasileira, Magalhães Pinto, prudentemente, disse que não havia uma negociação oficial" (VEJA, n.33 23/04/69, p. 16).

Ademais das "gafes" em torno do assunto, ao final do artigo, *Veja* ressaltou as relações comerciais que o Brasil possuía com a África do Sul até então, assim "por mais desagradável que tenha sido o episódio do acordo naval, manter relações com os sul-africanos é um grande negócio" (Idem) apontando que o rendimento de lucros com importação e exportação para África do Sul foi maior que com muitos países latino-americanos. Porém, mesmo discutindo e expondo a manobra realizada pela África do Sul para romper seu isolamento imposto pela política de segregação racial, o periódico destaca que as relações brasileiras com os sul africanos são sempre "estritamente comercial", condizente com a postura governamentalista de continuidade as relações comerciais

com os sul africanos, embora como vimos,

O *Apartheid*, política oficial de segregação racial, ou de "desenvolvimento separado", conforme pregavam seus formuladores, era exatamente o contraponto a idealização da sociedade brasileira, que pelo menos no plano das suas elites sustentava discurso oficial de democracia racial, convívio harmônico entre as raças e que considerava o fato do pais ser uma nação de mestiços. (PENNA FILHO, 2013, p. 12)

Segundo Pio Penna Filho (2001, s/p), os princípios da geopolítica, tanto em sua vertente territorial quanto naval, foram adotados, dado que o Brasil atravessava uma fase onde os militares assumiram o poder. Com efeito, esses princípios despertaram algum interesse em setores das forças armadas brasileiras, no caso específico das relações com a África do Sul, a Marinha buscou concretizar uma aliança militar tendo em mente a defesa do Atlântico Sul, através de um acordo de cooperação militar, do qual o primeiro passo para sua efetivação seria o intercâmbio de informações sobre movimentos navais na área do Atlântico Sul. Tendo sido inicialmente uma proposta vinda de Pretória, no âmbito da *outward policy* do governo Balthazar Johannes Voster, a Marinha brasileira, de imediato, demonstrou interesse, porém, como o Itamaraty possuía ponto de vista diferenciado sobre o assunto, conseguiu neutralizar a ação sul-africana e evitar o plano da Marinha do Brasil em aceitar o esquema proposto pela África do Sul.

A visita do chanceler sul africano Hilgard Muller no Brasil em maio de 1972 abre a oportunidade do periódico salientar novamente as relações comerciais vantajosas com a África do Sul. *Veja* relatou que no momento, não interessava ao Brasil elevar o nível de sua representação em Pretória de legação para embaixada, como os sul-africanos vinham insistindo, e isso, por conseguinte "não chega a afetar o rápido progresso nas relações comerciais entre os dois países" (VEJA, n. 195 31/05/72, p. 17). O debate em torno do *Apartheid* nas implicações dessas relações é suscitado pela revista:

O Apartheid continua — Se nos corredores do Itamaraty a visita de Hilgard Mullher provocou apenas sussurros, no plenário do Senado alimentou um acida polêmica entre o líder do MDB, senador Nelson Carneiro, e o senado Arnon de Melo, da Arena. Para Carneiro, a aproximação do Brasil com a África do Sul é um erro por causa de sua política racista. Mas mesmo condenando o Apartheid, Arnon de Melo disse que as relações comerciais nada tinham a ver com isso e citou os números: em 1968 o Brasil exportou 10 milhões de dólares e comprou menos de um milhão. Em 1970, as exportações passaram para 17 milhões de dólares, contra apenas um de importação. O que, se não chega a ser um argumento contra o racismo, é um argumento a favor do comércio, até agora muito vantajoso para o Brasil. (Idem — grifo nosso)

As relações com a África do Sul voltaram a ser citadas em fevereiro 1976 na entrevista com Wolf Grabendorff. Para o pesquisador, que discorre acerca da questão de como a África do Sul

reagiu ao reconhecimento de Angola pelo Brasil, esse assunto é uma grande incógnita, pois, segundo ele, as fontes oficiais nos dois países se calam sobre o tema: "Portanto, ou as relações entre Brasil e a África do Sul são muito secretas ou são muito reduzidas" (VEJA, n.389 18/02/76 p. 6). No artigo acerca da Missão brasileira em Bissau e das aproximações junto às nações africanas, em junho do mesmo ano, a revista abre um pequeno espaço discutindo a posição brasileira de não apoiar o governo rodesiano, tendo em vista a sua política racista.

Tal conduta foi expressa pela determinação legal que converteu o compromisso assumido pelo Brasil na ONU de apoiar a resolução do Conselho de Segurança, que manda reforçar o boicote econômico ao regime de minoria branca na Rodésia. Assim, ao sinalizar que desde a década de 1960 o Brasil vinha manifestando-se no âmbito das Nações Unidas contra o governo rodesiano, com o qual não mantém vínculos diplomáticos ou comerciais de espécie alguma, *Veja* colocou que "Igualmente a África do Sul, a posição brasileira é de crescente afastamento" (VEJA, n.405 09/06/76, p. 24), lembrando que em finais dos anos de 1970 o Brasil posicionou-se ao lado da comunidade internacional e passou a protestar contra a África do Sul,

Entretanto, o Brasil permaneceu numa posição intermediária; não seguiu o bloco dos países que mais duramente criticaram a África do Sul, nem admitiu passar por cima do sentimento de repúdio contra a prática de segregação racial mantendo relações normais com o regime de Pretória. O meio termo desse tipo de relacionamento foi o pragmatismo consciente. Consciente por que o Brasil tinha a exata noção de que as relações com Pretória apresentavam uma série de problemas, sendo o principal deles o risco de ver seu prestigio internacional abalado por manter a aproximação com o Estado-pária. Esse risco no entanto, evoluiu com o tempo. Somou-se os elementos de ordem econômica¹⁵. Se na segunda metade dos anos de 1960, o mercado sul africano era relevante para o país, valendo a pena o risco de manter e aprofundar as relações com a África do Sul, em meados da década seguinte já não era mais. Assim, pelo menos em parte a inserção econômica internacional do Brasil moldou seu relacionamento com a África do Sul (PENNA FILHO, 2013, p. 123 – grifo nosso)

Em uma edição do mês seguinte sobre o apoio à independência da Namíbia, o periódico apontou a presença do Brasil no âmbito da ONU que foi incluso como membro no quadro da campanha internacional contra o domínio sul-africano sobre a Namíbia, fazendo com que o

¹⁵ Sobre isso, Analúcia Danilevicz Pereira (2010, p.87) discorre que é importante considerar que o movimento de reordenamento internacional dos anos 1970 e 1980 teve um significado específico para os países que alcançaram o status de potências médias e aqueles de industrialização recente, já que foi a partir desse movimento que se definiram os processos específicos que atingiriam a base da política externa sul-africana e brasileira. Segundo ela, dois fenômenos tiveram impacto sobre a definição do posicionamento externo das potências médias e dos países recém-industrializado, o primeiro diz respeito ao rompimento das regras econômicas vigentes desde o pós-guerra, junto à rápida mudança tecnológica nos anos 1970 e 1980, e o segundo trata-se da distensão estratégica e o final da Guerra Fria na segunda parte dos anos 1980. Em decorrência desse processo, alteram-se aspectos importantes do ordenamento internacional e, consequentemente, a dinâmica, as formas, os instrumentos e as estratégias internacionais dos Estados, e nesse contexto, África do Sul e Brasil receberam o impacto dessas transformações que viriam a afetar significativamente a sua inserção internacional.

Itamaraty fosse um interlocutor válido pelo conselho em virtude de sua política anticolonialista, especialmente na África, e a favor da autodeterminação e independência dos povos. A revista descreveu que o Brasil condenou o projeto sul-africano dos *bantustans* e comprometeu-se mais uma vez a não manter relações econômicas ou comerciais com a África do Sul, em que aos olhos da *Veja*, entretanto, "é um compromisso difícil de ser cumprido pelos países que fazem compras na África do Sul" (VEJA, n.412 28/07/76, p.25).

Vestígios da África do Sul e suas relações diplomáticas com o Brasil apresentaram-se novamente no periódico numa nota intitulada "Um homem isolado: o embaixador da África do Sul" dentro de um artigo sobre a missão do chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro em cinco nações da África Austral, publicado em junho do ano de 1980.

Nela, além de apontar a ausência do embaixador sul africano Johan Petrorius, que não foi convidado para as reuniões e eventos do Itamaraty, *Veja* tocou na delicada relação com a África do Sul, assinalando que se tratava de uma relação "ambígua", onde muito embora, Pretória mantinha em Brasília uma embaixada plena, e o Brasil tinha lá, apenas um encarregado de negócios, e já havia fechado o consulado que mantinha na Cidade do Cabo e suspendido, em 1976, a regata Cidade do Cabo-Rio de Janeiro "Além disso, condenou a política racista do *Apartheid* e rejeitou a ideia sul-africana de montar um pacto do Atlântico Sul.

Em compensação, "triplicou suas importações da África do Sul desde que Petrorius assumiu" (VEJA, n.614 11/06/80, p. 36). Pio Penna Filho aponta que a embaixada sul-africana em Brasília nesse contexto, convencida de que no plano oficial nada conseguiria, passou a atuar de maneira independente, mantendo contatos diretos com os governos estaduais e empresas privadas interessadas em fazer comércio com a África do Sul ou obter setores nos quais os sul-africanos estavam adiantados (PENNA FILHO, 2013, p. 128).

A política de refreamento das relações com a África do Sul, ainda é observada na última notícia sobre a temática localizada em agosto de 1985 intitulada "Brasil endurece com África do Sul". Trata-se de uma pequena nota do tópico Radar da seção Brasil que anunciou a possibilidade de proibição da ida de atletas brasileiros as competições na África do Sul, conforme discorre *Veja*, "O Brasil já pratica a maior parte das restrições impostas mundialmente contra o governo racista de Pretoria, entre os quais o veto a exportação de combustíveis e armas" (VEJA, n.883 07/08/85 p.55). Nesse sentido, o alastramento internacional da visibilidade da escala de violência interna na nação sul africana, foi um aspecto que estimulou o governo brasileiro a estudar novas sanções contra o país do *Apartheid*.

Os pouquíssimos materiais identificados no seio dos debates sobre as relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul entram em consonância com o baixo fluxo diplomático entre essas nações nesse período. O período compreendido entre os anos de 1947-1948 e 1974-1975 representou o auge e, ao mesmo tempo, o declínio das relações bilaterais, as agendas externas dos dois mais importantes países de suas respectivas áreas continentais foram se revelando divergentes e, em alguns casos excludentes. Entre meados da década de 1970 e o final dos anos 1980, tais relações caracterizavam-se pelo quase congelamento das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul (PENNA FILHO, 2001, s/p).

Como aponta Henrique Gerken Brasil (2016, p. 35) a Política Externa Independente, no caso da África do Sul, foi perceptivelmente ambígua. Desenvolvia-se na nação sul-africana o regime do *Apartheid*, e com as independências a partir da década de 1950, a pressão africana quanto ao regime segregacionista aumentou, atingindo igualmente os países que insistiam em manter relações com a África do Sul, como era o caso brasileiro. Contudo, apesar dos discursos presidenciais e diplomáticos contra o racismo e pregação do Brasil diante do mito da democracia racial, o governo brasileiro, abstinha-se de ações mais energéticas contra o regime sul-africano, eclipsando pelas relações econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as demais revistas de circulação que emergiram na segunda metade do séc. XX no Brasil, entendemos *Veja*, como parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo.

O conjunto de debates acerca das novas articulações comerciais e diplomáticas com América Latina, Oriente Médio e Ásia e principalmente os países do continente africano estavam presentes nas pautas noticiadas nas páginas de *Veja*, e vistas, tal como pelo governo militar, ¹⁶ como

Relacionado a essa questão do jornalismo produzido por *Veja* alinhado com as premissas dos governos militares, temos, num estudo acerca dos temas de futebol e política na Revista *Veja* dos anos 1970, realizado por Lívia dos Santos Chagas, a constatação através da leitura das edições do ano de 1970, de que foi possível perceber algumas das bases do discurso da *Veja* relacionadas com os ideais do discurso estruturado pelo governo, tão pouco, não foram encontradas nestas mesmas edições reportagens que divulgassem a repressão a presos políticos, assim, o governo tentava transmitir a imagem de consenso social na sociedade brasileira. Para ela a censura, a propaganda, a estruturação de um discurso, incidiram na atuação da imprensa do período. As relações dos veículos de comunicação e da revista com os militares eram influenciadas por aspectos estabelecidos pelo regime para controlar a divulgação da informação "A ação dos jornalistas incide nas representações sociais e são fundamentais para a construção de memória e identidades. Ao tutelar a imprensa, os governantes controlavam essas construções". Ver mais em:

Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XII, NºXXII, maio/2019

proveitosas possibilidades para a desenvoltura das relações e política externa brasileira.

Embora alguns, sob contexto de luta anticolonial, como Angola e Moçambique, é pautado como um obstáculo pelo periódico, cujas narrativas orientam para o país evitar misturar os interesses relacionados ao aumento de mercados comerciais na África com interesses nas lutas anticoloniais que estavam se desenvolvendo por todo o continente.

No seio deste discurso, a África do Sul na ótica de *Vej*a, sob regime do *Apartheid*, apareceu como a real parceira vantajosa para o Brasil, sempre lembrando em suas narrativas que a nação do *Apartheid* se apresentava como o maior parceiro africano comercial do governo brasileiro na década de 1960, onde destinava de mais de 50% das exportações para o país. Portanto, entendemos os intuitos e lugar da veiculação dessas notícias aliada às perspectivas de construção de um projeto de Brasil engenhadas pelos governos militares, onde "ideia integracionista de "democracia racial" se transforma numa ideologia oficial" (GUIMARÃES, 1999, p.110).

Referências

- BRASIL, Henrique Gerken. **Relações Externas Brasil-África:** Da política Externa Independente ao Governo Lula. São Paulo, 2016.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. Nelson Mandela e a luta antiapartheid nas páginas da revista Veja (1990-1994). In: LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista.** Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.
- CHAGAS, Lívia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia.** 19 a 21 de Agosto, 2009.
- D'ÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.
- FERREIRA, Walace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da "Independência" à "década de 1980". **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Combatendo Racismo: Brasil, África do Sul e Estados

⁽CHAGAS, Lívia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia.** 19 a 21 de Agosto, 2009.

- Unidos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.14 n.39, fev, 1999.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90,** Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out de 2008.
- LOHN, Reinaldo (Ogr). **História das bancas de revista.** Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas. Editora Todapalvra, 2016.
- MATTOS, Fernando Preusser de; LEÃES, Ricardo Fagundes. Relações Brasil-África do Sul: Cooperação Sul-Sul e Multilateralismo. **I Seminário Internacional de Ciência Política,** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.
- NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. **Fronteira**, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 27-48, 2°sem. 2010.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil- África**. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.
- PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2001.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no **II Encontro Memorial** "Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais", 2009.
- _____. A parceria africana: as relações Brasil África do Sul. Belo Horizonte, MG: Fino Traco, 2013.
- _____. **O Brasil e a África do Sul:** O arco atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.
- _____. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./June, 2001.
- PACHECO, Ana Júlia. 'A descoberta da África': Relações diplomáticas e política externa do Brasil para a África nas páginas da Revista Veja (1969-1985). In: III Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul (Copene Sul), 2017.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Brasil e África do Sul:** dois caminhos rumo ao pós-Guerra Fria (1985-1994). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do rio grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.
- _____. As Relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. Século XXI, Porto Alegre, v. 1, nº1, jan-dez 2010.

- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.
- SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.
- _____. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Rev. Bras. Polít. Int**. 46 (2): 113-137 [2003].
- _____. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, no 3, 2003.
- SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Rev. Bras. Polít. Int**. 49 (2): 157-177 [2006].
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SILVA, Cristiane Mare da. **A poética da Esperança:** Sentidos Políticos nas Memórias de Nelson Mandela. São Paulo: PUC-SP, 2016.
- SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na Veja (1968-1978). In: AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso:** História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- SCHLICKMANN, Mariana. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959 -1987.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- _____. Brasil e África do Sul no contexto do *apartheid*: relações e rupturas. In: Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: ANPUH, 2017.
- _____. Uma ponte entre o Governo brasileiro e o continente africano: a construção das relações políticas e econômicas entre África-Brasil no século XX e os estudos africanos. **História e Economia**, v. 15, p. 1-37, 2015.
- VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom**, 2002.
- VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos. **Revista África e Africanidades** Ano I n. 3 Nov. 2008.